

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Reforma Agrária  
Período de Análise: maio de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto É Dinheiro Rural

## Índice

MST aproveita crise para atrair brasiguaios – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Mundo – 01/05/2010 .....	3
Ex-povoado no Paraguai vira "Bagdá" – Folha de São Paulo – Mundo – 01/05/2010 ....	4
Reforma agrária e sequestros movem guerrilha no Paraguai – Gustavo Hennemann– Folha de São Paulo – Mundo – 01/05/2010 .....	4
Encontro de ruralistas deve se transformar em ato contra MST – Jailton de Carvalho – O Globo – O País – 03/05/2010 .....	5
Pelo "agrovoto", Serra e Dilma dividem palanque e feijoada – Breno Costa – Folha de São Paulo – Brasil – 04/05/2010 .....	6
Serra e Dilma juntos, contra invasões – Jailton de Carvalho – O Globo – O País – 04/05/2010.....	7
Relação com MST leva pecuaristas a apoiar Serra – Samantha Maia – Valor Econômico – Política – 04/05/2010.....	9
Estudo contesta a produtividade da agricultura familiar – CPT – 10/05/2010.....	10
Empresa de olho no apetite de fundos por terra no país – Valor Econômico – Agronegócio – 11/05/2010 .....	11
Quem produz mais no campo brasileiro? – Antônio Canuto - CPT – 12/05/2010.....	12
Terra Legal começa a contratar equipes para a maior medição feita no Brasil – MDA – 14/05/2010.....	13
Terra Legal cadastrou 68,8 mil posseiros em 7,4 milhões de hectares – MDA – 18/05/2010.....	13
Entidades apresentam documento à FAO e ao governo sobre questão agrária e soberania alimentar – Contag - 19/05/2010.....	14
A esquerda não quer a reforma agrária – Kátia Abreu – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 25/05/2010.....	15
Desapropriação de terras custa R\$ 1 bi por ano só em juros – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil – 25/05/2010 .....	16
Plano de regularização na Amazônia vende terras aR\$ 2,99 o hectare – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Nacional – 26/05/2010.....	18
Terra Legal apresenta primeiro relatório ambiental de terras públicas federais na Amazônia – MDA – 27/05/2010 .....	19

**MST aproveita crise para atrair brasiguaios** – Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo  
– Mundo – 01/05/2010

Fluxo para acampamento à beira de estrada em MS de brasileiros que se sentem ameaçados no Paraguai é incentivado por organização

Líder sem terra afirma que intenção de recrutamento é "polarizar aqui no Brasil para que o governo tome posição sobre o problema"

Líderes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) em Mato Grosso do Sul se aproveitaram do acirramento da crise na fronteira com o Paraguai para atrair centenas de brasiguaios (brasileiros que vivem no país vizinho) para um acampamento seu em Itaquiraí (390 km de Campo Grande). A vinda dos brasileiros, que dizem fugir da violência de grupos paraguaios armados, se intensificou há três meses e foi precedida por uma visita de dirigentes do MST à região de Santa Tereza, um dos focos de conflitos agrários no país e localizada a 420 km de Itaquiraí.

A Folha esteve no acampamento, às margens da rodovia BR-163, e ouviu recém-chegados, como o agricultor Alaércio Zanella, 39, que desembarcou ontem, acompanhado de sua mulher, Elenira, 35. "Vim para fazer acampamento e depois volto para buscar o resto da família. Se sair um pedacinho de terra aqui, eu só volto ao Paraguai talvez para visitar algum conhecido." O brasiguai disse que duas de suas filhas ficaram com os sogros em seu sítio de 34 hectares no município de Mariscal Francisco Solano López, no departamento de Caaguazú.

"Já invadiram todas as minhas terras por lá. Só ficou a casa. Se deixasse sozinha, os campesinos iam se mudar de vez para lá", disse Zanella. "Eles [integrantes do MST] já foram fazer palestra para nós lá no Paraguai. Mas a gente ficava naquela, pois diziam que a situação das terras ia ser resolvida para os brasileiros, mas a situação nunca se resolve, só fica na promessa", afirmou. O coordenador estadual do MST, José de Oliveira, disse que o movimento se "sensibilizou" com a situação vivida pelos brasileiros no país vizinho. "Nós ficamos sabendo do que ocorria, fomos ao local mais conflituoso e nos colocamos à disposição daqueles trabalhadores para resgatar a sua cidadania", disse Oliveira. De acordo com ele, a intenção é "tentar polarizar aqui no Brasil, para que o governo tome uma posição em relação ao problema". "Sozinhos, eles não conseguiriam se mobilizar para vir e não saíam de forma organizada. Mas muitos também têm vindo espontaneamente."

O fluxo levou a Prefeitura de Itaquiraí a considerar a decretação de situação de emergência. "Não é possível ter certeza, mas a gente acha que chegaram 400 famílias", diz a prefeita Sandra Cassone (PT). O acampamento se estende por cerca de 600 metros nos dois lados da rodovia. Por conta do risco de atropelamentos -há muitas crianças por lá-, os acampados ergueram quatro quebra-molas improvisados com terra e pedras. A Folha acompanhou no local uma reunião convocada pelo MST por meio de fogos de artifício. Cerca de 150 pessoas ouviram Oliveira dizer que a situação dos brasiguaios já havia mobilizado "autoridades em Brasília". Ao final, gritaram palavras de ordem que mencionavam os nomes de Che Guevara e Zumbi dos Palmares.

## **Ex-povoado no Paraguai vira "Bagdá" – Folha de São Paulo – Mundo – 01/05/2010**

Grande parte dos brasiguaios que desembarcou recentemente no acampamento do MST em Itaquiraí (MS) é oriunda de uma mesma comunidade no Paraguai que já chegou a reunir 185 famílias e ocupava 3.000 hectares no município de Mariscal Francisco Solano López. Fundado há 33 anos, o povoado de La Terza tem hoje menos de 25 famílias oriundas do Brasil e um apelido sintomático: Bagdá. Antônio Gella, 66, disse que os problemas começaram "de uns cinco anos para cá". "Foi quando começaram a chegar os camponeses e a polícia para perseguir os brasileiros. Aguardei enquanto pude, mas só me restou a roupa do corpo", disse Gella. Para Ana Fávero, 50, as terras dos brasiguaios não estão sendo invadidas "para beneficiar sem-terra". "Tem gente muito forte lucrando com este movimento, inclusive juízes e deputados. E a polícia dá cobertura a tudo."

## **Reforma agrária e sequestros movem guerrilha no Paraguai – Gustavo Hennemann– Folha de São Paulo – Mundo – 01/05/2010**

Formado por jovens de origem pobre e camponesa, EPP recruta militantes entre sem-terra

Organização de inspiração marxista-leninista treinou em Cuba e na Colômbia e tem laços com Venezuela, segundo militar paraguaio

Responsável pela decretação do estado de exceção vigente em parte do Paraguai há uma semana, o grupo guerrilheiro EPP (Exército do Povo Paraguaio) é formado por jovens de origem pobre e camponesa, mas que têm relações próximas com o governo da Venezuela, organizações cubanas e as Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), segundo um coronel do Exército paraguaio. Durante a atual década, integrantes da cúpula do movimento armado viajaram a Cuba e à Colômbia para aprender a manejar armas sofisticadas e para absorver técnicas de sobrevivência na selva desenvolvidas pelas Farc, disse à Folha o coronel, que pediu para não ter o nome divulgado. Os membros do EPP são filhos de pequenos agricultores do interior dos departamentos de San Pedro e Concepción, onde vivem disfarçados de sem-terra. Em assentamentos, se escondem das forças de segurança e recrutam novos membros. Ao menos dois integrantes foram seminaristas, mas nenhum deles tem ensino superior. Os sequestros e atentados praticados pelos guerrilheiros são planejados em bases cravadas na selva, que contam com túneis para esconder documentos, armas e comida. Ao menos um deles domina a confecção de explosivos artesanais, que foram utilizados em um atentado contra a sede do Poder Judiciário em Assunção e em outras ações contra a polícia paraguaia.

De cunho leninista-marxista, o grupo se diz defensor da reforma agrária e tem como principal alvo de sequestros os fazendeiros do norte do país. É com o dinheiro dos resgates que se mantém e adquire armamento pesado, como fuzis, metralhadoras e granadas.

A última vítima de sequestro foi o pecuarista Fidel Zavala, libertado em Concepción no dia 17 de janeiro depois de 94 dias em cativeiro. O resgate rendeu US\$ 550 mil ao EPP. Além do dinheiro, os rebeldes exigiram que a família do fazendeiro repartisse parte do rebanho de suas fazendas com indígenas da região enquanto ele estava preso. Em 2008, o sequestro de outro pecuarista, Luis Lindstron, no departamento de San Pedro, resultou em US\$ 300 mil para o grupo. O único caso de sequestro malsucedido ocorreu em 2005, quando Cecilia Cubas, filha do ex-presidente Raúl Cubas (1998-1999), foi assassinada em cativeiro. Segundo militares, a família não quis pagar o valor pedido pelo EPP. O estado de exceção, no entanto, foi decretado somente depois que um enfrentamento dos rebeldes contra as forças de segurança resultou na morte de um policial e outras três pessoas no último dia 21 na cidade de Horqueta -no departamento de Concepción, próximo às bases do grupo.

Lugo

Antes da medida, que teve a chancela do Congresso, o presidente Fernando Lugo vinha sendo acusado pela oposição de ser conivente com os rebeldes. O presidente não reprimia de forma adequada os crimes cometidos pelo EPP porque simpatizaria com alguns integrantes, segundo a oposição. Antes de ser eleito, quando ainda era bispo da Igreja Católica, Lugo chegou a admitir a um jornal paraguaio que conhecia pessoalmente ao menos um dos líderes do EPP. Pressionado, o presidente ordenou o início das operações militares para extinguir a guerrilha. Há três meses, o governo oferece recompensa de mais de US\$ 100 mil para quem der informações que levem à prisão dos guerrilheiros. Painéis nas estradas e chamadas na TV estampam o retrato dos líderes procurados. O governo quer evitar que o EPP siga o caminho das Farc e se associe com o tráfico de drogas para financiar suas ações. Até o momento, não há evidências que os rebeldes trabalhem em conjunto com os narcotraficantes, que mantêm grandes áreas de produção e comércio de maconha na região de fronteira do Paraguai.

**Encontro de ruralistas deve se transformar em ato contra MST – Jailton de Carvalho – O Globo – O País – 03/05/2010**

Dilma e Serra são esperados na ExpoZebu, que começa hoje em Uberaba UBERABA (MG). Os pré-candidatos à Presidência da República José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT) vão fazer hoje um teste de popularidade entre grandes criadores de gado, um dos segmentos mais organizados do eleitorado nacional. Os dois devem participar da abertura da 76ª ExpoZebu, em Uberaba, uma das principais passarelas do mundo rural brasileiro.

O presidente da Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ), José Olavo, não declara voto, mas a festa de abertura da feira pode se transformar num ato contra o Movimento dos Sem Terra (MST). A pedido de Olavo, a senadora Kátia Abreu

(DEM-TO) entregará a Serra e a Dilma uma lista de reivindicações dos produtores e, entre elas, está o pedido de mais firmeza do governo federal contra o que chamam de “insegurança jurídica no campo”.

Olavo elogia o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, mas entende que nenhum teve força suficiente para conter invasões patrocinadas pelo MST. Ele reclama especialmente da versão do Plano Nacional de Direitos Humanos, lançado pelo governo federal em 2009: — É uma barbaridade. O direito de propriedade é sagrado.

Se alguém entra na sua casa, você primeiro terá que dialogar e, só depois, pedir à Justiça para tirar.

Não faz sentido. Esse plano poderia ter sido melhor.

Na exposição, a ABCZ fará uma homenagem ao ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes. O ministro caiu nas graças dos produtores rurais pelas críticas que fez às invasões de terra do MST, em São Paulo, e à suposta leniência do governo federal em lidar com a questão.

Os fazendeiros também vão fazer duras críticas ao Código Florestal. Para eles, o conceito de reserva legal do código tem sido uma trava ao desenvolvimento da agropecuária. Os produtores reivindicam redução do percentual de reserva legal obrigatória, sobretudo nas áreas de terras mais férteis.

— Não podemos deixar terras mais férteis, como aquelas de Ribeirão Preto, paradas.

Também não se pode desmatar na Amazônia. O percentual de reserva legal teria que ser refeito — disse Olavo.

## **Pelo "agrovoto", Serra e Dilma dividem palanque e feijoada – Breno Costa – Folha de São Paulo – Brasil – 04/05/2010**

Rivais trocam cumprimento cordial na ExpoZebu, importante feira do setor

Enquanto partidos fazem guerra de ações judiciais, presidenciais mostram naturalidade no primeiro encontro da pré-campanha

Num clima de cordialidade, com cumprimentos protocolares, os pré-candidatos à Presidência da República José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT) dividiram o mesmo palanque e uma mesma feijoada ontem, no interior de Minas. Na tentativa de conquistar o apoio da nata do agronegócio brasileiro, Dilma e Serra sentaram-se praticamente lado a lado, durante cerca de uma hora de solenidade de abertura oficial da 76ª ExpoZebu, em Uberaba. Ficaram separados apenas pelo ex-ministro da Agricultura e deputado federal Reinhold Stephanes (PMDB-PR). Antes, na sala VIP, cumprimentaram-se rapidamente e posaram para fotos juntos. Na solenidade, trocaram poucos olhares e nenhuma palavra. Num momento em que Dilma se ausentou, Serra ficou conversando animadamente com os coordenadores da campanha petista, o deputado federal Antonio Palocci (PT-SP) e o pré-candidato ao governo de Minas, Fernando Pimentel. No início da tarde, Serra e Dilma voltaram a se encontrar, numa feijoada oferecida pelo

vice-presidente da Associação Brasileira de Criadores de Zebu, Jonas Barcellos, em sua fazenda. Eles foram posicionados em lados opostos de uma mesa com mais de 80 lugares.

Serra e Palocci conversaram o tempo todo. Mais de 500 pessoas foram à feijoada, entre elas o ministro do STF Gilmar Mendes, o advogado Márcio Thomaz Bastos, o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), e a bancada ruralista do Congresso em

peso. Serra classificou o encontro com sua rival de "normal", "gentil", sem "nada de especial". Dilma seguiu na mesma linha de naturalidade.

"A gente é civilizado, nós sempre nos demos bem, não tem motivo para não ter uma relação afável, né?", disse.

No front jurídico, no entanto, PT e PSDB vêm protagonizando uma guerra de representações na Justiça Eleitoral.

Serra e Dilma não discursaram na ExpoZebu. O discurso com maior tom eleitoral foi o do vice-presidente da República, José Alencar, pela continuidade do governo Lula.

"Se houvesse uma pergunta ao povo sobre o que ele deseja, a resposta seria a continuidade desse governo sério, democrático e desenvolvimentista."

Apesar do chamamento ao "povo", o evento teve caráter muito mais institucional do que popular. Além de um grupo de cerca de 150 professores grevistas e supostos militantes do PSDB e outros 200 pecuaristas credenciados, a Folha contou menos de dez pessoas acompanhando os discursos na feira.

**Serra e Dilma juntos, contra invasões** – Jailton de Carvalho – O Globo – O País – 04/05/2010

Em feira de ruralistas em Minas, pré-candidatos rechaçam ocupações ilegais

A abertura da 76<sup>o</sup> ExpoZebu no fim da manhã de ontem, com a presença dos pré-candidatos à Presidência José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT), transformou-se num ato contra as invasões de terra patrocinadas pelo Movimento dos Sem Terra. Na disputa pelos votos do poderoso agronegócio do país, os dois principais presidentiáveis criticaram duramente ocupações de terras e, mesmo sem citar explicitamente o MST, defenderam a legalidade no campo.

A estabilidade no meio rural é um dos principais itens da lista de reivindicações que a Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ), organizadora da exposição, entregou a Serra e Dilma, ontem.

O vice-presidente José Alencar, um dos convidados da festa e que representou o presidente Lula, também criticou as invasões. A ExpoZebu é hoje uma das principais vitrines de candidatos interessados no apoio dos produtores rurais. O coro anti-invasão começou logo pela manhã.

Em entrevista ainda no aeroporto de Uberaba, na chegada, a exministra Dilma Rousseff disse que o diálogo com movimentos sociais não implica tolerância com o enfraquecimento da propriedade privada no campo.

— Acredito que, com os movimentos sociais, a gente tem de ter diálogo. No entanto, não concordo com nenhuma atividade de movimento social que implique desrespeito à lei. A lei serve para todos nós, e todos estamos submetidos a ela. Nesse sentido, sou contra qualquer ilegalidade — disse Dilma, perguntada sobre as invasões.

A jornalistas, logo após a solenidade de abertura da mostra, Serra também

repudiou as invasões. Para Serra, a agricultura tem dado importante contribuição às exportações e ao desenvolvimento econômico do país; por isso, não pode ficar exposta a movimentos de natureza política.

Segundo ele, os produtores precisam de expansão do crédito e do seguro agrícola, não de instabilidade.

No fim da tarde, Serra assinou documento em que ruralistas pedem o fim das invasões: — A agricultura precisa de segurança para seus investimentos. Isso é essencial. Precisa de esquema de seguro de crédito para todo o Brasil, para que possa, do ponto de vista econômico, criar mais segurança para o setor. É preciso terminar também com essa insegurança jurídica e política no campo.

#### **Alencar defende continuidade**

Criador de gado e um dos 18 mil associados da ABCZ, José Alencar fez duro discurso pela legalidade no campo.

Na abertura da exposição, Alencar disse que também endossou o abaixo assinado contra invasões, embora tivesse sido alertado por um assessor sobre o conteúdo do documento.

— Eu sabia mesmo o que estava no documento. E, lembrando Rui Barbosa: “Fora da lei não há salvação” — disse Alencar, arrancando aplausos de produtores e políticos na solenidade.

O vice e os dois pré-candidatos fizeram declarações afinadas com as preocupações dos produtores verbalizadas no discurso do presidente da ABCZ, José Olavo Borges Mendes. O líder ruralista não quis manifestar preferência por nenhum dos dois candidatos, mas reafirmou a insatisfação do setor com a desmontagem do MST e com aspectos do Programa Nacional de Direitos Humanos, lançado pelo governo federal no ano passado: — Nós nos preocupamos tanto ao ver esse sistema produtivo ameaçado por ações criminosas de invasores; ameaçados por um Código Florestal caduco; ameaçado por excessos e arbitrariedades na política indigenista.

Após a abertura da ExpoZebu, Serra e Dilma continuaram disputando o apoio dos ruralistas. Os dois participaram de uma feijoada na fazenda de Jonas Barcelos, vice-presidente da ABCZ.

Os dois chegaram no mesmo momento à casa de Barcelos, acompanhados de seus principais auxiliares de campanha, e puxaram conversa com todos os produtores, empresários e políticos que encontraram pela frente.

Os dois deixaram a reunião praticamente ao mesmo tempo. Segundo maior colégio eleitoral, Minas é considerada por analistas como decisiva nas eleições. Serra, aliás, voltará ao estado ainda esta semana.

— Estava até engraçado. Os dois (Serra e Dilma) chegaram juntos com seus escudeiros. Estavam disputando palmo a palmo o espaço — disse o ex-deputado Ronaldo Cezar Coelho, da campanha de Serra.

Mas, segundo Ronaldo Cezar, a busca de voto dos produtores se deu em alto nível. Serra classificou o encontro com Dilma de “normal”. Dilma disse que foi um “encontro civilizado”.

Eles se cumprimentaram protocolarmente, e, na abertura da exposição, sentaram próximos um do outro, separados apenas pelo ex-ministro da Agricultura Reinhold Stephanes.

Ainda em seu discurso, o vice José Alencar defendeu a continuidade do governo Lula: — Se houvesse uma pergunta ao povo sobre qual seu desejo, a resposta seria continuidade deste governo sério, democrático, desenvolvimentista.

Perguntada se sua candidatura significava a continuidade pregada por Alencar, Dilma respondeu: — Candidata da continuidade e com avanço — emendou ela.



Do lado de fora do evento, militantes tucanos gritavam, vez por outra, o nome de Aécio Neves, que, de férias, não compareceu. E um outro grupo, de professores estaduais, fez manifestação por melhores salários.

### **Relação com MST leva pecuaristas a apoiar Serra – Samantha Maia – Valor Econômico – Política – 04/05/2010**

A pré-candidata à Presidência do PT, Dilma Rousseff, pode preparar o discurso que for, declarar-se contra invasões de terra, mas a realidade presenciada na Expozebu 2010, em Uberaba (MG), é de que será difícil superar a desconfiança dos pecuaristas em relação à sua política. O passado de militância socialista da ex-ministra, somado à postura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o Movimento dos Sem-Terra (MST), considerada condescendente pelo agronegócio, faz de Dilma uma candidata que deixa o setor "aterrorizado", segundo um influente pecuarista que pediu para não ser identificado. "Temos medo do histórico de Dilma", diz .

Já o pré-candidato do PSDB, José Serra, conta com a simpatia do grupo e é elogiado pela forma como tem lidado com o MST em São Paulo. Nem mesmo sua política de arrecadação de impostos, avaliada por pecuaristas como abusiva, interfere na avaliação da categoria sobre ele. "O Serra não é produtor, mas nas oportunidades que teve, lidou bem com os problemas de invasão e procurou pacificar regiões de conflito", diz Paulo Ferolla, diretor da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ). Como Serra consegue pacificar? "Agindo antes, se há um agrupamento de pessoas sem fazer nada em frente a uma propriedade, a polícia chega antes da invasão e tira eles de lá", explica Ferolla.

Entre as principais reivindicações do setor estão ter segurança contra as invasões de terra, mais investimentos em logística para escoamento dos produtos, e uma política de preço mínimo e de seguro à produção.

Ainda como ministra-chefe da Casa Civil, Dilma esteve em março deste ano em Uberaba com os pecuaristas para conhecer o setor de criação de zebu. "Dilma conhecia pouco de pecuária, e ficou muito surpresa com o que viu", diz José Olavo Borges, presidente da ABCZ. Serra foi convidado para participar de uma reunião com a entidade no fim do mês, e Borges diz que espera receber, inclusive, a pré-candidata Marina Silva (PV), apesar de suas posições divergentes com o setor. "Somos uma entidade apartidária, mas política", diz ele.

Essa postura aberta é compreensível, já que a resistência do grupo à candidatura de Lula em 2002 foi contornada posteriormente com as escolhas do presidente para a pasta da agricultura. O ministério foi ocupado por pessoas entrosadas com o agronegócio, como os ex-ministros Roberto Rodrigues e Reinhold Stephanes. "Felizmente tivemos ministros próximos ao setor nos mandatos de FHC e Lula", diz Borges.

Os pecuaristas contaram com um representante na secretaria executiva do ministério no começo do primeiro mandato de Lula. José Amauri, presidente da

Associação dos Criadores de Brahman do Brasil (ACBB), conta como foi estar à frente do processo de liberação do uso de sementes transgênicas no país em 2004. "Foi difícil, enfrentei manifestação dos Sem-Terra, de radicais do PT, mas Lula sempre esteve aberto a ouvir o agronegócio", diz.

Dessa forma, ele afirma: "Se é melhor Dilma ou Serra, é relativo". Em tese, o setor não espera grandes mudanças, independente de quem ganhar as eleições. Presente na feira de gado zebu no último sábado, o ministro do STF Gilmar Mendes diz que não acredita que a proximidade de Dilma com o MST possa atrapalhar o diálogo da pré-candidata com os pecuaristas. "O Brasil atingiu um estágio muito importante de estabilidade financeira e institucional, que é o respeito às regras do jogo, à Constituição", diz. Ele acrescenta que o Judiciário está menos flexível sobre as invasões. "Entendendo que elas de fato traduzem violência." Mendes possui investimentos familiares no setor pecuário no Mato Grosso.

Quando o assunto é governo Lula, há divergências entre os pecuaristas. Para Borges, o setor teve conquistas importantes, como a importação de novas linhagens de bovinos da Índia. Para Ferolla, porém a continuidade da política atual seria muito ruim. Um pecuarista, em off, diz que votou em Lula, mas não vota na Dilma. Osório Adriano, pecuarista e deputado federal suplente do DEM, explica a posição do setor. "A simpatia é muito mais com o Serra, ele defende a propriedade. Dilma é mais radical."

A recepção mais acalorada à Dilma da Expozebu 2010 ficou por conta dos pequenos produtores. Em uma cerimônia da Associação das Mulheres Rurais de Uberlândia e da Região, ontem após a abertura oficial do evento, a ex-ministra foi exaltada como candidata preferida à presidência da República. Uma das representantes das mulheres, a médica Hélia Angotti, falou sobre os contrastes da região e foi aplaudida ao defender o apoio à Dilma. "Enquanto um zebu é vendido por R\$ 1 milhão, muitas pessoas vivem com salários baixíssimos." Serra foi direto para almoço na fazenda Mata Velha, do pecuarista Jonas Barcelos, para onde Dilma seguiu após a cerimônia com as mulheres.

O deputado federal Antônio Palocci (PT), coordenador da campanha, amenizou a distância de Dilma com os pecuaristas. "Dilma está bem a vontade na campanha com o tema da agricultura porque ela acompanhou isso sete anos e meio no governo, ela trabalhou com as questões do financiamento da agroindústria e da agricultura familiar, então ela não tem dificuldade em dialogar com os dois."

### **Estudo contesta a produtividade da agricultura familiar – CPT – 10/05/2010**

Uma pesquisa encomendada pela CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária) contesta o Censo Agropecuário de 2006, que aponta a agricultura familiar como responsável por 38% do valor bruto da produção de alimentos no país. De responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV), os dados revelam que o grupo representa 64,4% do total de estabelecimentos rurais, mas gera apenas 23% do Valor Bruto de Produção.

Para o ex-presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária Gerson Teixeira, a regulamentação de políticas públicas não tem a abrangência de uma lei, em função dos custos fiscais e da indisponibilidade de recursos para crédito.

“Foi essa mágica metodológica que eles fizeram. Ao invés de adotar o conceito que está na lei, como fez o IBGE, usaram a regulamentação da lei, feita pelo Banco Central. Com isso, houve uma brutal redução da agricultura familiar. Para a CNA isso foi fundamental porque incomodava demais os resultados do IBGE apontando o tamanho e peso da agricultura familiar num contexto de hegemonia do agronegócio. Eles tinham que encontrar uma marca como a FGV para legitimar uma manipulação grosseira como essa.”

Teixeira revela que a agricultura familiar não dispõe das alternativas oferecidas aos grandes proprietários, o que explica o grande número de agricultores que enfrentam dificuldades para subsistir.

“Os grandes proprietários compensam essa perda de rentabilidade com vários expedientes. Primeiro, a precarização do trabalho no campo. Segundo, o passivo ambiental. Terceiro, com estímulos fiscais e tributários que são imensos. E, por fim, os calotes do crédito rural.”

Ainda segundo a FGV, o Brasil possui 3,3 milhões de produtores rurais que praticam a agricultura familiar.

De São Paulo, da Radioagência NP, Jorge Américo.

### **Empresa de olho no apetite de fundos por terra no país – Valor Econômico – Agronegócio – 11/05/2010**

O grande interesse de fundos de investimento em terras no Brasil pode trazer oportunidades de ganhos importantes às empresas que têm expertise em agricultura. O grupo Maeda, por exemplo, está atento a este movimento como oportunidade de otimizar o conhecimento que acumula há oito décadas: operação agrícola. "Não queremos ser proprietário de terras, e sim plantar, colher e tirar a receita da operação", afirma Roberto Haag, diretor de desenvolvimento do grupo.

Sem dar mais detalhes, o executivo afirma que há oportunidades de parcerias com fundos de investimento locais e estrangeiros que estão investindo em terras e que buscam associações com grupos de expertise na administração agrícola. "A aquisição de terras traz valorização imobiliária aos fundos, no entanto, o maior ganho vem com a operação da terra, que é o que sabemos fazer", diz Haag.

No caso desses investidores estrangeiros, o interesse em terras não ocorre apenas por serem ativos ao mesmo tempo de menor risco e escassos, na avaliação de Aluísio Feres Barinotti, CEO da Nai Commercial Properties, empresa especializada em consultoria imobiliária. Ele vê claramente que esses investidores têm como estratégia adquirir propriedades agrícolas nas proximidades de ativos de agroenergia - usinas e canaviais - para, no médio prazo, serem usados como moeda de troca por participação em grupos sucroalcooleiros.

Atualmente ocupando cerca de 8 milhões de hectares, os canaviais tendem a avançar no Brasil para 21 milhões de hectares até 2020, segundo previsão da consultoria. Estes 13 milhões de hectares adicionais terão forte participação de fundos

internacionais, que têm potencial de aquisição de, pelo menos, 50% dessa extensão de terra, na avaliação de Barinotti. "A valorização de terras com esse perfil foi de 20% a 25% nos últimos dois anos e tende a crescer", diz.

Nos últimos meses, a empresa, com atuação em 55 países, vem observando interesse além da média de fundos estrangeiros neste mercado. "Temos mais de 20 fundos diferentes recentemente cadastrados com foco nesse tipo de ativo. Nunca vimos um movimento tão grande".

Nos últimos dez anos, a Nai estima que os fundos estrangeiros compraram mais de 2 milhões de hectares no Brasil, em associação com empresas brasileiras. **(FB)**

### **Quem produz mais no campo brasileiro? – Antônio Canuto - CPT – 12/05/2010**

A CNA acabou de publicar um estudo Quem produz o que no campo: quanto e onde II, pelo qual pretende mostrar que a agricultura empresarial, o agronegócio que ela representa, é mais produtivo que a agricultura familiar. Para isso, com a participação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), fez uma releitura dos dados do Censo Agropecuário de 2006, divulgados pelo IBGE no final do ano passado.

Para conseguir a façanha de buscar desmentir os dados oficiais que mostram que a agricultura familiar é a responsável pela comida consumida pelos brasileiros, a CNA dividiu os produtores rurais entre os enquadráveis nas normas do Pronaf e os não enquadráveis. E os critérios para dizer quem está enquadrado e quem não está são estabelecidos pelas normas do Banco Central. Desta forma a produção de pequenas propriedades, algumas até abaixo de um módulo fiscal, (em alguns municípios com menos de cinco hectares, portanto), é incorporada à agricultura empresarial. Os pequenos agricultores com boa renda se somam ao agronegócio, já os assentados e os agricultores pobres ficam do outro lado. Esta é a pretensão explícita do trabalho encomendado e divulgado pela CNA: "Mais de dois terços dos enquadráveis geram um Valor Bruto da Produção tão baixo que se questiona a possibilidade de algum instrumento voltado à produção vir a alterar significativamente o nível de renda deste segmento. O fato é que produzem praticamente para o autoconsumo e não geram receita nos estabelecimentos. Se sua sobrevivência vêm da receita de outras fontes, seria justificável inclusive caracterizá-los como residentes rurais e assisti-los com políticas sociais e de combate à pobreza, em geral mais baratas e eficazes." (Resumo executivo, pg III, Item 3)

Vamos dizer que acatamos a metodologia do estudo. 3.330.667 estabelecimentos é o total dos enquadráveis no Pronaf. São 64,4% de todos os estabelecimentos e ocupam 18% da área. Eles respondem por 22,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária.

Na outra ponta, 0,3% dos estabelecimentos, só 14.590 com mais de 60 módulos (entre mais 300 e mais de 6.000 hectares) ocupam 88.043.319 hectares, 26,7% de toda a área. Sua participação no Valor Bruto da Produção Agropecuária é de 18,6%.

Em área significativamente menor, os enquadráveis no Pronaf tem uma receita 4,3% maior que as grandes propriedades. Quem contribui mais com a nação?

## **Terra Legal começa a contratar equipes para a maior medição feita no Brasil – MDA – 14/05/2010**

14/05/2010 00:00

As equipes de georreferenciamento do Terra Legal iniciam em junho a medição de 266 mil quilômetros de áreas rurais e urbanas em municípios da Amazônia Legal. O resultado da licitação será publicado no Diário Oficial da União na segunda-feira, 17, e as empresas vencedoras já podem ser contratadas.

A quilometragem equivale a sete voltas na circunferência da Terra. Serão medidas até 100 mil ocupações em 173 municípios nos estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins. As áreas urbanas de 48 municípios também começam a ser georreferenciadas e doadas às prefeituras.

"Definimos os municípios em sintonia com as demais políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia", explica o coordenador do Terra Legal, Carlos Guedes. A medição prioriza, por exemplo, municípios do Arco Verde e dos Territórios da Cidadania, e municípios que receberão obras do Programa de Aceleração do Crescimento(PAC).

### **Amazônia Rural**

Para a medição, os municípios foram divididos em territórios pela proximidade física e geográfica. "A empresa vai medir por grupos de municípios o que vai agilizar o processo de georreferenciamento", explica Guedes. O menor lote, de 1,3 mil quilômetros, agrupa os municípios de Boca do Acre e Lábrea, no Estado do Amazonas. O maior lote prevê a medição de 23,4 mil quilômetros em sete municípios no nordeste paraense (Aurora do Pará, Capitão Poço, Irituia, Mãe do Rio, Santa Luzia do Pará, São Domingos do Capim e Viseu).

### **Controle do desmatamento**

Esta etapa de georreferenciamento vai abranger 22% dos municípios e mais de 50% das Terras Públicas Federais não destinadas a projetos de assentamento, unidades de conservação e reservas indígenas. Esses municípios concentram 40% do desmatamento acumulado até 2008, divulgado pelo Relatório Prodes 2008. Guedes destaca que "o Terra Legal já está contribuindo para o controle do desmatamento".

Este é o resultado da quarta licitação realizada pelo Terra Legal para contratar serviços de georreferenciamento em áreas rurais e urbanas localizadas em terras públicas federais.

Equipes de georreferenciamento já estão em campo medindo 22,3 mil ocupações em mais de 70 municípios. E até o final do ano esses imóveis e sedes, vilas e distritos de 95 municípios estarão regularizados.

## **Terra Legal cadastrou 68,8 mil posseiros em 7,4 milhões de hectares – MDA – 18/05/2010**

18/05/2010 12:42

Até 3 de maio, o Terra Legal cadastrou 68.874 posseiros em 325 municípios dos nove estados da Amazônia Legal. A área requerida é de mais de 7,4 milhões de hectares. Destes posseiros, 66% nasceram na Amazônia, 52% têm mais de 41 anos e 71% são homens.

Dos imóveis cadastrados, 54% têm até 4 módulos fiscais (4 milhões de hectares) onde estão 93% dos posseiros (63.781). Os imóveis de 4 a 15 módulos representam 41% (3 milhões de hectares), requeridos por 4,9 mil posseiros.

O estado do Pará concentra o maior número de pedidos de regularização de imóveis rurais com 50% dos posseiros cadastrados (34,4 mil) e 51% da área requerida (3,8 milhões de hectares). Em Rondônia há 13,9 mil posseiros cadastrados (20,2%) numa área de 1,7 milhões de hectares (23,8%). E no Amazonas, 8,6 mil posseiros (12,6%) em 607,7 mil ha (8,1%). Os três estados somam 83,1% de toda área cadastrada pelo programa. Os outros 16,9% estão divididos entre Maranhão, Tocantins, Acre, Mato Grosso, Amapá e Roraima.

### **Entidades apresentam documento à FAO e ao governo sobre questão agrária e soberania alimentar – Contag - 19/05/2010**

Um documento contendo diretrizes voluntárias da sociedade civil sobre política agrária e soberania alimentar, mais especificamente o acesso, a posse e o uso da terra e de outros recursos naturais, foi apresentado nesta quarta-feira (19), no encerramento da Conferência Regional das Organizações Sociais da América Latina e do Caribe.

O documento será apresentado na Consulta Oficial que a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) realizará amanhã (20) e depois, no Itamaraty, com representantes de governos da América Latina.

A conferência regional com a sociedade civil foi realizada na sede da Contag, em Brasília, e reuniu, durante três dias, 73 entidades dos movimentos sociais de 18 países. O evento foi organizado pelo Comitê Internacional para a Soberania Alimentar (CIP), Regional América Latina e Caribe, um órgão consultivo da sociedade civil ligado à FAO.

O documento Diretrizes voluntárias – governança responsável no uso da terra e de outros recursos naturais reflete as preocupações e as proposições das entidades sobre a questão agrária e fundiária, a soberania alimentar, uso e preservação dos recursos naturais e a identidade cultural dos povos indígenas, dos pescadores e das comunidades camponesas.

Antes da elaboração do documento, os participantes da conferência regional da sociedade civil tiveram um momento com os técnicos Mika Torhonen (Finlândia) e Adriana Herrera (México), ambos da Division de Cambio Climático, Bioenergía y Tenencia (NRC), vinculada ao Departamento de Gestión de Recursos Naturales y Medio Ambiente da FAO.

Eles expuseram a proposta da FAO sobre consultas que o órgão vem realizando com a sociedade civil, empresas privadas e governos, nos cinco continentes sobre os temas direito à terra, soberania alimentar e desenvolvimento sustentável.

**Fonte:** Gil Maranhão, Agência Contag de Notícias

Nada obsta mais a reforma agrária no Brasil que a manipulação política que dela se faz. A estratégia criminosa de invasões de terras é a ponta de lança desse processo.

Transforma o produtor rural em vilão e o invasor em vítima, numa espantosa inversão de valores. A entidade que tudo patrocina, o Movimento dos Sem-Terra (MST), inexistente juridicamente, o que impede reparações judiciais.

O governo, que deveria garantir a segurancas dos contribuintes, faz vista grossa, emite declarações simpáticas aos invasores e chega a requerer a produção de decreto, o PNDH-3, em que os consideram parte assessorada antes de o invadido recorrer à Justiça para reclamar a reintegração de posse. Pior: financia os invasores, via ONGs constituídas com a única finalidade de gerir uma entidade abstrata, embora concreta em seu objetivo predatório. Acumulam-se aí os delitos: a lei do domínio, a invasão, a atuação irregular governamental, denunciado pelo ministro Gilmar Mendes, do STF, de financiar entidades que burlam a lei.

Quanto já foi gasto – sabe-se que são centenas de milhões de reais – a pretexto da reforma agrária, em dinheiro repassado a essas ONGs? E o que de concreto foi feito para realizá-la? Qual a produtividade dos assentamentos do MST? São perguntas sem resposta, que justificaram a instalação de uma CPI mista no Congresso Nacional, sistematicamente sabotada pela maioria governista.

Em vez de respondê-las, os agentes partidários, vestidos de funcionários públicos, empenham-se em difundir a informação de que a maioria dos produtores rurais ou é predadora do meio ambiente ou escravagista.

A manipulação de causas contra as quais ninguém, na essência, se opõe é um dos truques de que se vale uma certa esquerda fundamentalista, adversária da livre iniciativa, para manter como reféns os produtores rurais, difamando-os.

Nenhuma pessoa de bem – e a imensa maioria dos produtores rurais o é – é a favor do trabalho escravo ou da destruição do meio ambiente. Mas isso não significa que concorde com qualquer proposta que se apresente a pretexto de defender tais postulados. Não basta apontar um ou dois casos contra o “trabalho degradante”. É preciso que se defina o que é e o que o configura concretamente, princípios elementares da técnica jurídica.

A lei não pode ser meramente adjetiva, o que a torna, por extensão, subjetiva, permitindo que seja aplicada conforme o critério pessoal do agente público. Foi esse o ponto que me fez, como deputada federal e depois como senadora, exigir emendas a uma proposta legislativa de punição por trabalho escravo. Não o defendo e considero uma abjeção inominável.

Quem promove deve ser preso e submetido aos rigores da lei, sem exceção, sem complacência.

Muito absurdo e repugnante quanto ao trabalho escravo é a manipulação local em fins ideológicos. O que se quer é o fim da livre iniciativa no meio rural, pela sabotagem agrícola, hoje o segmento da economia que mais contribui para o superávit da balança comercial do País.

A fiscalização das propriedades rurais está regulada pela Norma Regulamentar nº 31 do Ministério do Trabalho (MT), que tem 25 itens de detalhes absurdos, como estabelecer a espessura do pé do beliche e do colchão.

Afirmo, em razão desses excessos, ser impossível cumpri-la em sua totalidade e que havia sido concebida exatamente com essa finalidade. Tanto bastou para que

fosse acusada de defender o trabalho escravo, recusando-me a cumprir práticas elementares, como o fornecimento de água potável e condições básicas de higiene. Desonestidade intelectual pura.

A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que presido, tem sido bem mais eficaz que o Estado na fiscalização trabalhista nas propriedades rurais. Basta conferir os números: os grupos móveis de fiscalização do MT percorreram, em sete anos – de 2003 até hoje –, 1.800 fazendas. A CNA, em 90 dias, percorreu mil fazendas e já está promovendo o circuito de retorno, para averiguar as providências tomadas.

A CNA, como objetivo de aprimorar o trabalho no meio rural, vai criar um selo social – uma espécie de ISO 9000 trabalhista – para qualificar as propriedades-modelo, qualificando também sua produção.

Esse selo indicará não só o zelo social, mas respeito ao meio ambiente e adoção de práticas produtivas adequadas. Não queremos responder a injúrias, mas com demonstrações concretas de nosso empenho em contribuir para o desenvolvimento econômico e social do País. É preciso que se saiba que 80% dos produtores rurais brasileiros são de pequeno e médio portes e não suportam economicamente esse tipo de sabotagem, que se inserem no rol de crimes contra o patrimônio, de que as invasões de terras são a ponta de lança.

Em quase todos os casos, os enquadrados como escravagistas não são processados. E por um motivo simples: não os são. As atuações trabalhistas que apontam para a prática de trabalho escravo são insuficientes para levar o Ministério Público a oferecer denúncias pela prática de infrações criminais.

O resultado é que, enquanto isso não ocorre, o produtor tachado de escravagista fica impedido de prosseguir em seu negócio e acaba falido ou tendo de abrir mão de sua propriedade.

A agressão, como se vê, não é somente contra o grande proprietário, mas também contra a agricultura familiar, cuja defesa é o pretexto de que se valem os invasores e difamadores.

Diante disso tudo, não hesito em afirmar que esse processo de reforma agrária não avança. País a responsabilidade é dessa esquerda fundamentalista, quem abraça o MST, consome verbas milionárias do Estado e proclama a criminalização dos movimentos sociais. Não há criminalização: há crimes, com autoria explícita. O MST, braço rural do PT, não quer a reforma agrária, mas sim a tensão agrária, de preferência com cada um por seu caminho, de modo a dar substância emocional a um discurso retrogrado e decadente.

Reforma agrária é o postulado ideológico, é o imperativo do desenvolvimento sustentado. Por isso a CNA a apoia. Por isso o MST é a esquerda fundamentalista não a quem.

**Desapropriação de terras custa R\$ 1 bi por ano só em juros – Mauro Zanatta –**  
Valor Econômico – Brasil – 25/05/2010

O Tesouro Nacional gasta quase dois terços do dinheiro destinado a desapropriações de terras para a reforma agrária com o pagamento de juros. Uma



amostra de 59 processos iniciados a partir de 1986 revela que 62% dos recursos gastos com indenizações foram usados para saldar dívidas de juros moratórios, compensatórios e remuneratórios com proprietários rurais.

Levantamento inédito da Procuradoria Federal do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incrá) mostra que o chamado juro compensatório é o principal vilão dos cofres públicos. Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 1984, que deu razão aos donos de terras, fixou a taxa em 12% ao ano. A decisão do Supremo tem custado R\$ 500 milhões anuais ao Tesouro Nacional, apontam advogados do Incra. Quando somados todos os débitos com juros em instituições federais, estaduais e municipais, o rombo chega a R\$ 1 bilhão, segundo estimativa do Incra. "Em um ambiente de estabilidade macroeconômica, penso que não se justificam juros compensatórios de 12% ao ano", diz o presidente do Incra, Rolf Hackbart.

Quanto mais tempo demoram as discussões na Justiça sobre os valores devidos pelo governo em processos de desapropriação, mais os donos ganham em juros. Um caso apurado pelo Incra é exemplar: uma fazenda do Maranhão, desapropriada há 15 anos, valia R\$ 80 mil, mas custou R\$ 257 mil ao Tesouro. Desse total, nada menos que 76% foram usados para quitar juros compensatórios. Além disso, a lei permite ao desapropriado receber, de forma antecipada, 80% do valor devido em Títulos da Dívida Agrária (TDAs). Mesmo assim, os juros são cobrados sobre o total da indenização contestada.

Em 2009, a União pagou R\$ 126 milhões de juros compensatórios derivados de processos anteriores. O orçamento para obtenção de terras, no ano passado, somou R\$ 950 milhões. Ou seja, 13% dos recursos usados em desapropriações foram para o bolso dos proprietários das terras sob a forma de juros. "Com esse dinheiro, poderíamos ter assentado 2,1 mil famílias em 42 mil hectares", estima Hackbart. Para efeitos de comparação, o Incra assentou 55.498 famílias em 4,6 milhões de hectares no ano passado.

Diante da sangria imposta aos cofres públicos, a Advocacia-Geral da União (AGU) decidiu questionar a decisão em ação no STF. A pedido da Procuradoria do Incra, a AGU solicitará o fim da taxa de juros. Mas os advogados até admitem a volta da taxa de juro original de 6% ao ano, como previsto na Lei Geral de Desapropriações. "Contamos com o Poder Judiciário para acabar com essa distorção", afirma o presidente do Incra.

O Incra lembra que a legislação brasileira prevê taxa de juros de 6% ao ano para dívidas contratuais, previdenciárias, trabalhistas e funcionais. "Enquanto servidores, pensionistas e fornecedores têm seus créditos remunerados a juros de 6%, os grandes latifundiários recebem pelo menos 12%, sem contar os juros de mora e remuneratórios, que totalizam até 21% ao ano", informa a petição do Incra.

Como argumento adicional para derrubar a cobrança, os procuradores federais avaliam que a Súmula 618, do STF, que elevou os juros, defenderão que os juros de 12% reproduzem um contexto econômico já superado pelo país. A petição afirma que, à época em que o regulamento foi editado, os imóveis rurais eram subavaliados pelo Poder Público, a inflação rondava 20% ao ano, a correção monetária não era aplicada e havia proibição sobre a incidência de juros moratórios.

Hoje, defende o Incra, as perícias levam em conta minuciosos estudos técnicos elaborados por engenheiros agrônomos e economistas da instituição. E, mais que tudo, a inflação está controlada. Além disso, o Incra argumenta que a desapropriação para a reforma agrária não é configura lesão ao patrimônio, e sim uma sanção civil. "Violar a função social do imóvel é um ilícito constitucional", defende a petição.

**Plano de regularização fundiária na Amazônia vende hectare a R\$ 2,99** – Estado de São Paulo – Capa – 26/05/2010

Umpedação de terra pública na Amazônia pode custar R\$ 2,99 por hectare ao atual ocupante, de acordo com a nova tabela de preços definida pelo governo, informa a repórter Marta Salomon.

Até o final deste ano eleitoral, a meta oficial é regularizar 50 mil posses irregulares na região. O preço dos terrenos, no Programa Terra Legal, foi objeto de intenso lobby ruralista. Pela simulação de preços a que o Estado teve acesso, um terreno de 200 hectares em Manoel Urbano (AC) poderá ser vendido ao atual ocupante por menos de R\$ 600, a serem pagos em parcelas anuais a partir de três anos de carência e juros de 1% ao ano. Dependendo da localização, o preço pode ser ainda menor. NACIONAL / PÁG. A4

**Plano de regularização na Amazônia vende terras a R\$ 2,99 o hectare** – Marta Salomon – Estado de São Paulo – Nacional – 26/05/2010

Umpedação de terra pública na Amazônia pode custar R\$ 2,99 por hectare (a dimensão de um campo de futebol) ao atual ocupante, de acordo com a nova tabela de preços definida pelo governo. Até o fim deste ano eleitoral, a meta é regularizar 50 mil posses irregulares na região. O preço mais baixo dos terrenos foi objeto de intenso lobby ruralista.

Portaria do Ministério do Desenvolvimento Agrário, publicada no *Diário Oficial*, definiu descontos aos candidatos a títulos de terras na Amazônia por meio do programa de regularização fundiária. O programa Terra Legal começou a cadastrar candidatos aos títulos em junho do ano passado.

De acordo com simulações de preços a que o Estado teve acesso, um terreno de 200 hectares no município de Manoel Urbano, no Acre, poderá ser vendido ao atual ocupante por menos de R\$ 600, a serem pagos em 20 anos em parcelas anuais, com três anos de carência e juros de 1% ao ano.

Neste caso, o hectare terá desconto de mais de 80% e sairá por R\$ 2,99. O preço pode ser ainda menor, caso o terreno ocupado irregularmente esteja mais distante da sede do município e não seja acessível por estrada permanente, calcula Carlos Guedes, coordenador do Programa Terra Legal.

Acessíveis. Guedes apresentou ante ontem a nova tabela de preços ao Tribunal de Contas da União (TCU) e a procuradores do Ministério Público. As simulações levaram em conta terrenos ocupados há cerca de 15 anos, localizados a mais de 50 km da sede do município e acessíveis por estradas permanentes.

Os descontos em relação ao valor mínimo da terra sem benfeitorias na região estabelecidos pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) variam de 54,50% a 83,40%, segundo as simulações sobre as novas regras de cálculo do preço da terra.

Os descontos maiores beneficiam quem ocupou até dezembro de 2004 terrenos públicos menores, de até dois módulos fiscais.

O tamanho do módulo varia entre os municípios.

Na Amazônia, os módulos podem ter de 60 a 100 hectares.

Um terreno de 1.350 hectares no município de Nova Ubiratã, em Mato Grosso, será vendido por R\$ 638.820, de acordo com as novas regras do programa, que também alcançarão os primeiros 276 ocupantes de terras públicas que já receberam títulos de

terras na Amazônia.

O mais recente balanço do programa Terra Legal, divulgado no início do mês, indica que a maioria dos ocupantes de terras já cadastrados receberá títulos de propriedade sem pagar nada.

Eles ocupam atualmente pouco mais de 1,4 milhão de hectares da Amazônia em terrenos de até um módulo rural. Isso equivale a 19% do total de terras cujos ocupantes já foram cadastrados pelo governo.

O programa de regularização fundiária prevê a venda sem licitação de terrenos com até 1.500 hectares. O balanço do Terra Legal mostra que é maior a fatia de terras públicas entre 4 e 15 módulos a caminho da regularização – 40,8% da área já cadastrada – do que os terrenos menores, de até quatro módulos, atribuídos à agricultura familiar, que somam 35,1% da área cadastrada.

O balanço registra ainda o cadastramento de 33 candidatos à regularização cujos terrenos extrapolam o limite de vendas de terras públicas fixado pela Constituição, de 2,5 mil hectares. Eles ocupam 165 mil hectares da Amazônia.

E deverão ter as terras retomadas pelo Estado, de acordo com as regras do Terra Legal.

Até ontem, haviam sido cadastrados pouco mais de 72 mil candidatos no programa de regularização fundiária. Eles ocupam área pública de pouco mais de 8 milhões de hectares. Isso equivale à terça parte do território do Estado de São Paulo.

Derrota. O programa de regularização fundiária foi aprovado no ano passado pelo Congresso.

Foi alvo de críticas de ambientalistas e ruralistas. Os ambientalistas temiam que a doação ou a venda de terras públicas a preço baixo poderia estimular ainda mais o desmatamento. Os ruralistas defenderam preços ainda mais baixos, mas foram derrotados na votação final. Essa derrota foi revertida agora, pelo menos parcialmente.

Para o governo, o principal objetivo do programa é combater o desmatamento na Amazônia. O governo alega que não tem como punir o desmatamento irregular em terras irregularmente ocupadas.

Por meio da regularização, seria possível punir quem abate a floresta.

Agrilagem de terras na Amazônia é um dos resultados da ocupação desordenada da região, estimulada pelo regime militar, sobretudo no início dos anos 70.

Nos documentos levados ao TCU ontem, a coordenação do Terra Legal aponta risco de fracasso da regularização fundiária caso o preço da terra não fosse reduzido.

As considerações apresentadas não incluem eventuais pressões em ano eleitoral. Se limitam ao risco de inadimplência e desinteresse daqueles que ocuparam terras públicas sem pagar por elas quando se deparassem com a conta agora.

## **Terra Legal apresenta primeiro relatório ambiental de terras públicas federais na Amazônia – MDA – 27/05/2010**

27/05/2010 09:59

O Programa Terra Legal Amazônia produziu o primeiro levantamento ambiental feito exclusivamente em glebas públicas federais na Amazônia Legal. Os dados orientam o andamento do processo de regularização fundiária como forma de barrar o avanço do desmatamento ilegal. O Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) analisou para o Terra Legal os dados oficiais do Governo Federal produzidos pelo Instituto

Nacional de Pesquisas Espaciais -Inpe (metodologia Prodes e sistema DETER) para verificar o desmatamento na Amazônia. Mais de 35,1 milhões de hectares de terras públicas federais não destinadas em 422 glebas da União foram monitoradas pelo Prodes.

O relatório do Sipam analisa o desmatamento acumulado desde 1988, início do levantamento do Prodes, até 2009. Os dados apontam um desmatamento acumulado nesse período de 14 milhões de hectares dos 35,1 milhões de hectares (40%). Esta é exatamente a região onde o Terra Legal vai concentrar a atuação em 2010. A área total das 422 Glebas é de 120,5 milhões de hectares. "A regularização fundiária é a melhor forma de responsabilizar quem não cumpre a lei ambiental", defende o coordenador do Terra Legal, Carlos Guedes. A partir do título, completa, a área passa a ter nome e CPF.

As equipes de georreferenciamento começaram a medir imóveis localizados nessas áreas e até o final de 2010, 50 mil ocupações estarão aptas à regularização.

#### **Título e preservação da Amazônia**

Após receber o título, o proprietário deve cumprir cláusulas ambientais sob o risco de perder a terra. No próprio documento, assinado pelo agricultor, aparecem as obrigações. A Lei determina ao titulado a averbação da reserva legal, com possibilidade de compensação e a identificação das áreas de preservação permanente com o compromisso de recuperação, quando couber. O dono da terra tem até 30 anos para se adequar às obrigações.

Para verificar o cumprimento da legislação ambiental, a cada três meses o Sipam entrega à coordenação do Terra Legal um relatório de monitoramento dos lotes titulados, utilizando a análise dos alertas de desmatamento levantados pelo Inpe (DETER). O primeiro já foi produzido na Gleba Curuá, no Estado do Pará, local dos primeiros títulos entregues pelo Terra Legal em setembro de 2009.

O Sipam apresentou dados relativos ao número de alertas de desmatamento verificados nos lotes titulados e no restante da Gleba. A conclusão aponta que nos lotes titulados o número de alertas de desmatamento foi quatro vezes menor. Aparecem alertas em 849,5 hectares nos imóveis regularizados (1,27% da área total de 66,9 mil ha). No restante da Gleba, em uma área total de 619,6 mil ha, aparecem alertas em 32,1 mil ha (5,19% da área).

Os relatórios irão subsidiar as ações de fiscalização das Secretarias de Meio Ambiente dos estados e do Ministério do Meio Ambiente. O processo de regularização ambiental dos lotes titulados no Pará também já começou. Com as informações fornecidas pelo Terra Legal, a Secretaria de Meio Ambiente do estado (SEMA) registrou o Cadastro Ambiental Rural (CAR) desses agricultores.

O CAR é o primeiro passo para obter qualquer licença ambiental de uso ou exploração dos recursos naturais de um imóvel rural. O certificado mapeia e registra as obrigações ambientais e ajuda o proprietário a fazer o planejamento do imóvel.